

FORMULÁRIO PARA INSCRIÇÃO DE PROJETOS



Código:

Espaço reservado para a KAS

1. Data de recebimento:
2. Título do projeto: Mudança do clima e meio ambiente: o papel do Brasil no multilateralismo

3. **Dados da instituição executora:**

3.1 Nome: Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI)	
3.2 Endereço: Rua Marquês de São Vicente, 336	
3.3 Telefone: (+55 21) 2206-4408	3.4 Fax:
3.5 Celular: (+55 21) 99627-2758	3.6 E-mail: julia.diasleite@cebri.org.br
3.7 Cidade: Rio de Janeiro	3.8 A.A.:
3.9 Status jurídico e/ou registro na câmara de comércio/junta comercial e data de emissão: Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, 4 de fevereiro de 2009	
3.10 CNPJ: 02.673.153/0001-25	
3.11 Representante legal: Julia Dias Leite	
3.12 RG: 10639210-3	de: 25/08/1979
3.13 Cargo do representante legal: Diretora Executiva	

4. **Resumo do projeto:**

O projeto contempla a realização de iniciativas voltadas para reduzir a falta de conhecimento da sociedade brasileira sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e os compromissos assumidos pelo Brasil no Acordo de Paris. Serão realizados dois eventos abertos ao público e dois workshops restritos para convidados, com vistas a informar e engajar a sociedade e coletar subsídios para a elaboração de um *position paper* com propostas de políticas e estratégias intersetoriais para aprimorar a governança do clima no Brasil e contribuir para que o País assegure o seu protagonismo e a sua liderança internacional na agenda global de desenvolvimento.

5. **Descrição do projeto:**

5.1 Localização geográfica: A base do projeto será no Rio de Janeiro, mas serão realizadas atividades em outras cidades do Brasil, como São Paulo.	
5.2 Duração: 12 meses	
5.3 Data prevista de início: janeiro 2019	Término: dezembro 2019

5.4 População-alvo:

- Órgãos governamentais
- Setor privado
- Academia
- Mídia
- Especialistas em administração pública e relações internacionais
- Estudantes do Ensino Fundamental e Médio
- Sociedade civil

5.5 **Objetivos do projeto:**

5.5.a Objetivo geral:

O objetivo principal do projeto é contribuir para ampliar o conhecimento da sociedade brasileira sobre a cooperação internacional para o desenvolvimento, em especial, no que tange às questões do clima e do meio ambiente como elementos estruturantes para o fortalecimento do multilateralismo. Para tanto, serão realizadas iniciativas com foco nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e no Acordo de Paris, com vistas a informar e engajar a sociedade em um debate sobre o papel e o impacto desses processos multilaterais para o desenvolvimento brasileiro.

5.5.b Objetivos específicos:

1. Realizar um evento aberto ao público para sensibilizar e engajar atores da sociedade civil nas reflexões sobre a questão ambiental e o papel do Brasil na agenda global de desenvolvimento.
2. Organizar dois workshops com a participação de representantes dos setores público e privado, da academia e de instituições da sociedade civil. O foco desses encontros será o engajamento dos diferentes setores da sociedade em uma reflexão sobre os itens da agenda temática do projeto.
3. Apresentar um *position paper* com propostas de políticas e estratégias intersetoriais e integradas aos níveis municipal, estadual e federal, voltadas para apontar caminhos para aprimorar a governança do clima no Brasil e contribuir para que o País assegure o seu protagonismo e a sua liderança internacional na agenda global de desenvolvimento.
4. Realizar um evento aberto ao público para apresentar os resultados do projeto e ampliar a discussão com a sociedade civil sobre os desafios que se colocam para o Brasil diante da implementação da Agenda 2030 e do Acordo de Paris.

5.6 Antecedentes, contexto e justificativa do projeto:

ANTECEDENTES

No escopo da parceria do CEBRI com a Fundação Konrad Adenauer (KAS), já foram desenvolvidos diversos projetos e eventos nos quais a temática do desenvolvimento sustentável esteve presente. Como exemplo, citamos os projetos e eventos sobre a Amazônia, o Brasil e a agenda de sustentabilidade, energia e desenvolvimento e finanças verdes. No ano de 2018, cujo foco foi a

série de diálogos sobre cooperação Brasil-Alemanha, a questão ambiental foi um dos temas centrais desenvolvidos.

Entre as muitas atividades da KAS no Brasil em anos recentes, a preocupação com o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável tem papel importante. A instituição tem ainda importante papel regional por meio da EKLA, o Programa Regional de Segurança Energética e Mudanças Climáticas na América Latina.

Ao reestruturar a sua agenda de trabalho em 2017, o CEBRI instituiu um Núcleo de Mudança do Clima, Meio Ambiente e Uso da Terra, que vem sendo liderado pela ex-ministra do Meio Ambiente (2010-2016), Izabella Teixeira. O Núcleo dedica-se a atividades como a criação de uma Agenda de Cooperação Ambiental Bilateral entre o Brasil e a China, em parceria com a ONU Meio Ambiente, assim como discussões sobre o desenvolvimento da Amazônia com interlocutores como o fotógrafo Sebastião Salgado.

CONTEXTO

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, também conhecida como Rio 92, inseriu as questões ambientais na pauta dos grandes temas globais e conferiu ao Brasil um papel protagonista na cooperação internacional. A Agenda 21 sistematizou um plano de ação com foco em um novo modelo desenvolvimento, no qual os processos produtivos fossem capazes de aliar a conservação ambiental, a justiça social e o crescimento econômico.

Em 2012, o Brasil voltou a ser o palco do desenvolvimento sustentável, ao sediar a Rio+20, com foco na renovação do compromisso político entre os líderes dos países membros da ONU para a garantia de uma estrutura institucional capaz de reduzir a pobreza e estabelecer diretrizes para uma economia verde.

Desde então, diversos países sediaram as Conferências da ONU, com destaque para o Japão (Kyoto, 1997) e a França (Paris, 2015), que instituíram marcos para a agenda de desenvolvimento global, conhecidos como o Protocolo de Kyoto e o Acordo de Paris, respectivamente.

O Acordo de Paris representou um importante divisor de águas no regime internacional de mudança do clima. Ao instar os países signatários a estabelecer metas nacionais voluntárias voltadas à redução da emissão de gases do efeito estufa, este dispositivo contrastou com o Protocolo de Kyoto e demais acordos prévios. Assim, as chamadas NDCs – contribuições nacionalmente determinadas – representam um conjunto de metas, estabelecidas por cada país signatário, voltadas à redução de emissões de gases do efeito estufa, considerando o objetivo final de limitar o aumento da temperatura global a 1,5 ou 2 °C até o fim do século, em relação a níveis pré-industriais.

Em paralelo, em 2015, a Assembleia Geral das Nações Unidas, aprovou a Agenda 2030, contendo os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) – com a missão de estimular a ação coletiva global para a promoção do desenvolvimento sustentável em suas três dimensões: econômica, social e ambiental. Abrangendo objetivos voltados desde à erradicação da pobreza até a promoção da igualdade de gênero e da transição para economias de baixo carbono, os ODS estabelecem 17 metas e 169 submetas a serem implementadas “por todos os países e *stakeholders*”, no horizonte temporal de 2030.

Na medida em que um dos pilares da Agenda 2030 se refere ao combate à mudança do clima – enfatizado pelo ODS nº 13, que dialoga com outros objetivos relacionados ao uso da terra, acesso à energia limpa e cidades sustentáveis – há importantes sinergias entre a implementação dos ODS e do Acordo de Paris. Neste sentido, o próprio ODS nº 13 reconhece a Convenção-Quadro das

Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), berço do Acordo de Paris, como fórum internacional primário para negociações sobre clima. Deste modo, a implementação das NDCs tende a apresentar impacto positivo para a consecução de diversos ODSs, destacando a importância da implementação coordenada de ambas as agendas.

Passados quase 30 anos desde a Rio 92, as questões que envolvem a mudança do clima e o meio ambiente são cada vez mais centrais no debate de política internacional, em especial, após a retirada dos Estados Unidos do Acordo de Paris, em 2017.

Desde que assumiu a presidência dos Estados Unidos, Donald Trump vem imprimindo em sua política externa características protecionistas e contrárias ao sistema internacional multilateral. Além disso, o deslocamento do eixo econômico para a Ásia e a emergência de uma nova ordem mundial, com contornos ainda muito indefinidos e vulneráveis, podem tornar a cooperação internacional sobre as questões ambientais cruciais para o fortalecimento do multilateralismo.

Por sua vez, ao longo desses últimos anos, o Brasil vem perdendo espaço na liderança das discussões referentes à agenda global para o desenvolvimento, mesmo tendo sido protagonista nas negociações para a assinatura do Acordo de Paris.

A NDC brasileira abrange diversos setores da economia nacional – incluindo energia, agricultura e uso da terra – e apresenta a meta de reduzir emissões nacionais totais em 37% até 2025 e em 43% até 2030. Apesar da já alta participação de fontes renováveis na matriz energética nacional, acima da média global, a NDC brasileira visa ampliar esta proporção para 45% até 2030, expandindo a participação de energia eólica, solar e biomassa, para além da fonte hídrica.

Ainda que seja largamente aclamada como uma das mais ambiciosas contribuições, na medida em que prevê metas absolutas para redução de emissões de gases do efeito estufa, os desafios para o cumprimento da NDC brasileira são enormes diante do cenário pelo qual atravessa o País. A dificuldade de superar suas crises internas políticas e econômicas, assim como a ausência de interlocução com os diversos setores da sociedade, dificultam a construção de um planejamento capaz de inserir os desafios inerentes à transição para uma economia de baixo carbono nas estratégias de desenvolvimento brasileiro.

Nesse sentido, o **presente projeto buscará contribuir para a construção de valor na sociedade brasileira sobre a importância do País resgatar o seu protagonismo na cooperação internacional para o desenvolvimento, com foco nas questões ambientais**. Para que o Brasil consiga dar conta desse desafio, é premente ampliar a interlocução entre setores público e privado, academia e sociedade civil a fim de ampliar o debate sobre a visão de desenvolvimento para o País e construir uma linguagem estratégica, que leve em consideração os *trade offs* das escolhas que precisarão ser feitas e facilite a convergência das NDCs brasileiras com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que compõem a Agenda 2030.

Para tanto, o CEBRI pretende contribuir para esse processo por meio da realização de eventos (seminários abertos ao público e workshops) que tenham por objetivo o diálogo plural, a construção de cenários e a proposição de estratégias voltadas para o Brasil lidar com os desafios da implementação da Agenda 2030 e do Acordo de Paris.

AGENDA TEMÁTICA DO PROJETO:

- **Mudança do clima e meio ambiente: o papel do Brasil no fortalecimento do multilateralismo**

O Brasil é um dos países em desenvolvimento que historicamente defendeu e contribuiu para consolidar o multilateralismo. Em que medida o fortalecimento da cooperação internacional na área de meio ambiente pode contribuir para o sistema multilateral, em

especial, no que diz respeito às relações bilaterais entre países como o Brasil e a Alemanha, por exemplo? Como os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e as metas do Acordo de Paris são percebidos pela sociedade brasileira e qual o papel dos diferentes *stakeholders* dessas agendas?

- **A verticalização das NDCs**

Um dos principais desafios relacionados à implementação das metas da NDC brasileira é como promover o envolvimento das demais esferas de governo (estadual e municipal) e da sociedade civil no cumprimento das metas estabelecidas. Um dos objetivos será contribuir para a comunicação estratégica da agenda do clima e dos compromissos do Acordo de Paris, em convergência com os ODS, no intuito de ampliar o conhecimento e fomentar o engajamento da sociedade. As discussões terão um foco especial no diálogo com os municípios brasileiros sobre essa agenda. Como o Acordo de Paris se converte na perspectiva dos municípios? Como os municípios podem contribuir e, ao mesmo tempo, beneficiar-se dessa agenda? Espera-se que em parceria com a C40, sejam envolvidas sobretudo as cidades que fazem parte dessa rede no Brasil. Como parte da discussão, também serão abordados caminhos que outros países estão seguindo para verticalizar suas NDCs e as estratégias de cooperação internacional para atingir esse objetivo.

- **Perspectivas para a implementação da Agenda 2030 e do Acordo de Paris para o desenvolvimento brasileiro**

A mudança do clima traz impactos para a paz, a prosperidade e o desenvolvimento dos países. A implementação da Agenda 2030 deve seguir de mãos dadas com a limitação do aumento da temperatura global e da resiliência climática. Para lidar com os desafios da Agenda 2030 e do Acordo de Paris é fundamental que os principais atores econômicos e de desenvolvimento façam parte da busca por soluções. Em que medida a mudança do clima é vista como oportunidade para o setor público e privado no Brasil? Quais as perspectivas do BNDES e dos agentes econômicos na implementação dessas agendas no País? Quais os setores com papel chave e quais os principais trade-offs que deverão ser considerados na coordenação dessas agendas?

- **Governança do clima**

Por se tratar de um tema transversal a diversas esferas do poder, a governança do clima é uma questão complexa, apresentando, por vezes, lacunas institucionais e decisões contraditórias. Não se trata de uma discussão tão somente da área ambiental, mas deve envolver, além do Ministério do Meio Ambiente, outros como o de Defesa, Agricultura, Educação e Relações Exteriores, assim como todos os setores da economia. Faz-se necessário, portanto, desenvolver uma visão estruturada e coordenada que trabalhe a questão do clima considerando o desenvolvimento do Brasil como um todo e conciliando as diversas frentes existentes. Quais seriam os caminhos apropriados para uma coordenação institucional mais efetiva? Que mecanismos de *compliance* e monitoramento de metas e resultados devem ser implementados para promover uma governança do clima mais transparente e democrática? O objetivo será contribuir para a formação de uma visão crítica sobre o tema e gerar insumos para o estabelecimento de um novo modelo de governança do clima no Brasil.

Além da interlocução com representantes do poder público, do setor privado, da academia e de instituições da sociedade civil, o projeto pretende envolver estudantes do ensino médio, com o intuito de inspirar a formação de novas lideranças sensíveis aos desafios da agenda de desenvolvimento para o Brasil e para as relações internacionais.

Para todos os eventos realizados serão elaborados relatórios de sistematização das discussões, que serão amplamente divulgados, com vistas a ampliar o potencial de disseminação do conteúdo

desenvolvido ao longo do projeto.

Como produto final, será desenvolvido um *position paper* com recomendações práticas de ações e estratégias para os setores público e privado, com foco na implementação das metas da NDC brasileira. O *paper* apresentará subsídios para a formulação de políticas para que o Brasil possa construir uma capacidade instalada e estabelecer uma governança do clima viável para assegurar o seu protagonismo na agenda global para o desenvolvimento sustentável.

JUSTIFICATIVA

Como se vê aqui há histórico específico do CEBRI e da KAS em projetos sobre questões ambientais, bem como já precedente de parcerias nesse sentido. Para além das questões institucionais, esse tema é também dos mais relevantes nas relações Brasil-Alemanha nas últimas décadas, e o projeto buscará ressaltar a importância da cooperação bilateral para o fortalecimento do multilateralismo nas relações internacionais.

O projeto que ora apresenta-se busca, portanto, fortalecer essa parceria atentando especificamente para questões específicas que demandam debate global, e no Brasil em especial. Ele intenta ainda realizar eventos que não só tragam especialistas e profissionais diretamente ligados ao tema - de modo a gerar debate sofisticado e provocar reflexões e decisões a esse respeito -, bem como tentar levar a questão para o público mais amplo.

Para que o Brasil possa se apropriar da agenda global para o desenvolvimento, faz-se necessário fomentar a interlocução entre diversos setores da economia, assim como implementar uma coordenação institucional entre as esferas municipal, estadual e federal. Os eventos e workshops que fazem parte do escopo deste projeto buscarão oferecer oportunidades para um diálogo plural e orientado para a construção de parcerias que busquem fortalecer a estruturação de uma governança do clima estratégica.

Buscaremos ainda incentivar e fortalecer a interlocução com redes de cooperação horizontal nacionais e internacionais, como: C40, CB27, Mercociudades, ICLEI América do Sul, entre outras.

Além de mobilizar representantes dos setores público e privado, da academia e de instituições da sociedade civil, o projeto prevê iniciativas voltadas para jovens do ensino médio. Ao buscar contribuir para ampliar o conhecimento da sociedade brasileira sobre questões relacionadas à mudança do clima e ao meio ambiente, o CEBRI acredita ser essencial o engajamento das futuras gerações para a formação de novas lideranças conectadas com os desafios e perspectivas do desenvolvimento.

Por fim, cabe ressaltar que além da disseminação pública do *position paper*, o conteúdo de todos os eventos será sistematizado em relatórios que serão amplamente divulgados para ampliar o conhecimento da opinião pública sobre os temas do projeto.

5.7 Metodologia e Cronograma do projeto:

Atividades	Tempo (Semanas) – 1º Semestre																											
	Mês 1				Mês 2				Mês 3				Mês 4				Mês 5				Mês 6							
Planejamento das atividades	█	█	█	█																								
Levantamento bibliográfico e de mídias especializadas em Relações Internacionais, estabelecimento de primeiros contatos com parceiros e interlocutores do projeto	█	█	█	█	█	█	█	█																				
Organização do 1º workshop																												
1º Workshop - com a participação de representantes dos setores público e privado, da academia e de instituições da sociedade civil																	█	█										
Relatório de sistematização das discussões do 1º workshop																					█	█	█	█	█	█	█	█
Organização do 2º workshop																					█	█	█	█	█	█	█	█
Workshop 2 - com a participação de representantes dos setores público e privado, da academia e de instituições da sociedade civil																												
Prestação de contas do projeto																												

Atividades	Tempo (Semanas) – 2º Semestre																											
	Mês 7				Mês 8				Mês 9				Mês 10				Mês 11				Mês 12							
Relatório de sistematização das discussões do 2º workshop	█	█	█	█	█	█	█	█																				
Organização do 3º workshop	█	█	█	█	█	█	█	█																				
Workshop 3 - com a participação de representantes dos setores																												

5.8 Orçamento global do projeto:

Itens	Recursos Próprios (Solicitante)	%	Recursos KAS EUROS	%	Recursos Contraparte (Se aplicável)	%	TOTAL EUROS
5.8.a Honorários para a equipe do projeto							
Coordenação/execução do projeto			27,000	100			27,000
5.8.b Publicação / Impressão:							
Honorários: Relatório 1º seminário			2,600	100			2,600
Honorários: Relatório 1º workshop			2,600	100			2,600
Honorários: Relatório 2º workshop			2,600	100			2,600
Honorários: Position paper			4,700	100			4,700
Diagramação, tradução, impressão			4,400	100			4,400
5.8.c Itens associados ao evento:							
1º evento: seminário aberto ao público			3,650	100			3,650
2º evento: workshop restrito para convidados			5,900	100			5,900
3º evento: workshop restrito para convidados			4,650	100			4,650
4º evento: seminário aberto ao público			5,900	100			5,900
5.8.e Outros:							
Custos administrativos			10,000	100			10,000
Aquisições			1,000	100			1,000
TOTAIS			75,000				\$75,000

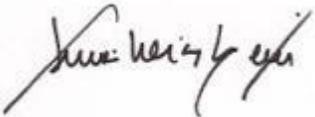
Nota: Por favor, levar em consideração que a KAS não financia em seus projetos de cooperação com contrapartes, itens como salários para funcionários permanentes de outras organizações, funcionários de escritório e/ou material de escritório, gastos com telefonia fixa, móvel e/ou celular; despesas com gasolina e/ou pedágios; despesas relacionadas com aluguel ou compra de espaços de escritório; e decoração, inclusive arranjos florais.

6. **Informação adicional:**

6.1 Apoio anterior da KAS:	SIM <input checked="" type="checkbox"/>	NÃO <input type="checkbox"/>
6.2 Projeto	6.3 Montante (s):	6.4 Data (s):
a. Diálogos Brasil-Alemanha (cooperação institucional, política e econômica)	a. EUR 70,000	2018
b. Desafios de Política Externa Brasileira com foco em eventos de divulgação do conteúdo produzido no projeto de 2016	b. EUR 70,000	2017
c. Desafios de Política Externa Brasileira com foco na produção de conteúdo	c. EUR 70,000	2016

7. **Espaço reservado para a KAS**

7.1.a Conceito e Viabilidade do Projeto:
7.1.b Aprovação: SIM <input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/> Pendente <input type="checkbox"/>
7.1.c Montante:
7.1.d Comentários e observações:

 Assinatura do solicitante	Data: 15 de agosto de 2018
Declaro que as informações aqui prestadas são verdadeiras e autorizo a Fundação Konrad Adenauer a verificar a informação a qualquer momento.	